

Retrospectivas e perspectivas da historiografia da lingüística no Brasil

Retrospective and Perspective in the History of Brazilian Linguistics

Cristina Altman*
Universidade de São Paulo

Abstract

This paper discusses aspects of the emergence of linguistic thought as a disciplinary field of its own in Brazil. First of all, it identifies the emergence of a descriptive corpus of the grammar of native American languages produced by European missionaries from the sixteenth to the nineteenth centuries. In the case of Brazil, it shows how this description is based on Latin as a reference model. Then, it analyzes how the work of Mattoso Câmara breaks away from this tradition in the second half of the twentieth century by both inviting reflection on the history of Brazilian linguistics and asserting the disciplinary model set up by nineteenth-century linguistics. Finally, based on this analysis, it lays down the criteria and conditions that should guide research into the history of Brazilian linguistics.

Key words: History of linguistics, linguistic historiography, Brazil, Mattoso Câmara.

Resumen

En este trabajo, intentamos discutir algunos aspectos vinculados a la constitución de la reflexión lingüística como dominio disciplinar en Brasil. Para ello, en primer lugar, identificamos la emergencia de un corpus de descripción gramatical de las lenguas americanas producido entre los siglos XVI y XIX por los misioneros europeos; particularmente, para el caso de Brasil, demostramos cómo esta descripción se organiza a partir de un modelo latino de referencia. En segundo lugar, analizamos la ruptura que, respecto de esta tradición, produce en la segunda mitad del siglo XX la obra de Mattoso Câmara, cuyos trabajos, al mismo tiempo que inauguran la reflexión sobre la historia de la lingüística brasileña, constituyen una reivindicación del modelo disciplinar configurado por la lingüística decimonónica. Finalmente, y a partir de lo anterior, establecemos un conjunto de criterios y condiciones que, a nuestro juicio, deberían guiar la investigación sobre la historia de la lingüística en Brasil.

Palabras clave: Historia de la lingüística, historiografía de la lingüística, Brasil, Mattoso Câmara.

1. Introdução¹

O estatuto de uma disciplina está estreitamente ligado a seu domínio próprio e à constituição, através da história, deste domínio. Sua delimitação é tanto mais complexa quanto maior for a dificuldade de se atribuir à disciplina um limite máximo e um limite mínimo de inclusão (De Clercq & Swiggers 1991). Com efeito, a primeira dificuldade daquele que se lança à tarefa de escrever a história da lingüística é estabelecer o que deve ser incluído no escopo do termo *lingüística* — e suas variantes — sem o que, qualquer tentativa de historização não encontra seu(s) objeto(s) material(is) de observação e qualquer tentativa de periodização se torna inexequível. O primeiro desafio do historiógrafo da lingüística

* Correspondencia con el autor: altman@usp.br.

¹ Este texto é uma versão revista da prova oral apresentada durante o concurso de Professor Titular, junto ao Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo, área de Historiografia Lingüística, em abril de 2008. Meus agradecimentos aos comentários de Pierre Swiggers, Otto Zwartjes, Aryon Rodrigues, Esmeralda Vaillati Negrão e Luis Tatit. Os erros que ainda restarem são de minha responsabilidade.

reside, pois, na explicitação dos limites do seu domínio e na enumeração dos seus objetos possíveis.

Ainda que do ponto de vista ‘externo’ a base de delimitação da disciplina lingüística seja, em princípio, razoavelmente simples para o período contemporâneo, ela pouco nos ajuda na identificação de linhas de investigação de outras disciplinas que se debruçaram direta ou indiretamente sobre a linguagem anteriormente ao século XIX, como a lógica, a retórica, a poética, a filosofia, a teologia. Com efeito, o conhecimento sobre a linguagem, formalizado ou não, institucionalizado ou não, fez parte da vida intelectual de muitos povos, sob outras formas e sob diferentes designações. Não há razão por que essas disciplinas devam ser excluídas das historiografias lingüísticas que se propõem abrangentes, ou mesmo daquelas mais especializadas, que se erigem a partir de problemas específicos e das respostas dadas a esses problemas.

Considere-se ainda que, embora a questão da autonomia da disciplina lingüística pareça estar, nos dias de hoje, resolvida, determinar com precisão do que se trata exatamente o objeto-linguagem ‘em si mesmo’ é tarefa admitida, quero crer, por qualquer historiógrafo da lingüística (e também por qualquer lingüista), como complexa. E não apenas quando se comparam diferentes tradições ou sistemas de idéias que se desenvolveram no eixo da história, mas também quando se contrastam diferentes programas de investigação co-ocorrentes em um mesmo momento histórico. O que facilmente se observa é que os lingüistas não apenas respondem diferentemente a um determinado conjunto de problemas, como não estão de acordo sobre quais problemas seriam realmente ‘lingüísticos’ (cf., por exemplo, os debates em torno do conceito de *I-language* e *E-language* a partir de Chomsky 1988). Do ponto de vista ‘interno’, pois, as dificuldades de delimitação do domínio da disciplina lingüística não são menores. Qualquer tentativa de definir extensionalmente o campo das ‘ciências da linguagem’ e sua datação — para assim delimitar o escopo da sua historiografia — esbarra na dificuldade formidável de se estabelecer com clareza, entre os diferentes grupos de especialidade (Murray 1994) que se formaram no processo de institucionalização da disciplina, qual é o recorte que define, para cada um, seu objeto formal.

A Lingüística é uma disciplina e um campo do conhecimento, objetos cujos escopos não são em absoluto, coincidentes. Conseqüentemente, sua história é parte da história geral das ciências e parte da história geral das disciplinas (Hymes 1974, 1983). Ainda que muitos manuais de Lingüística (Mounin [1967] 1970,² Robins 1967, Coseriu 1969-1972, Mattoso Câmara [1962] 1975, ou mesmo, mais recentemente, Lepschy 1990) apontem o Método Histórico Comparativo do século XIX como a instância *ab quo* das ciências contemporâneas da linguagem, o início da reflexão do homem sobre as línguas é bastante anterior a este momento, quase tão antigo quanto a percepção pelo homem de que suas línguas podem ser representadas e que diferem entre si.

Estabelecer o escopo das ciências da linguagem, e da sua historiografia, a partir do trabalho de Schlegel (1808),³ ou de Saussure (1916), ou de Bloomfield (1933), ou mesmo de Chomsky (1957), é reduzir preconceituosamente o conhecimento da linguagem e das línguas

² “A lingüística geral é uma ciência ainda mais jovem que a lingüística sem mais, que nasceu em princípios do século XIX.” (Mounin [1967] 1970:5)

³ Cf., por exemplo, a recente chamada de trabalhos para um congresso em que a coordenadora propôs um tema sobre Schlegel: “Friedrich von Schlegel's 1808 work, *Über die Sprache und Weisheit der Indier*, is considered not only the foundational text of Indology, **but also the starting point of the scientific study of language**. Coupling Sir William Jones's observation from 1786 of the relationship of Sanskrit to the ancient and modern languages of Europe with Romantic philosophy, Schlegel provided a program and intellectual justification for the new discipline of comparative philology. The bicentennial of the publication of this pioneering treatise invites us to reflect on its legacy. Papers are welcomed that broaden our understanding of this text, its production, its reception in a variety of contexts, and its influence on subsequent thinkers” (grifo meu).

à designação da disciplina que uma certa tradição de estudos nomeia, fazendo *tabula rasa* de mundos intelectuais diferentes daquele em que nos espelhamos, que existiram em outros tempos, e que certamente ainda existem em outros lugares. Em perspectiva histórica, o termo *lingüística* pode se referir a qualquer estudo sobre a linguagem que tenha sido feito pelo homem, onde quer que se encontrem dele vestígios de documentação. Em consequência, a historiografia da lingüística deve incluir entre seus objetos, potencialmente, todas as formas e designações sob as quais se apresentou esse conhecimento.

Na seqüência do presente texto, procurarei discutir mais de perto certos aspectos pertinentes à constituição do domínio da disciplina lingüística no Brasil e à tarefa de escrever sua historiografia, a partir do conjunto de documentos que compilei ao longo desses anos em que tenho me dedicado à reflexão sobre os processos de implantação e desenvolvimento da lingüística no Brasil (especialmente em Altman 1993; 1996a e b; 1997a e b; 1998a e b; 2001). Meus parâmetros de observação serão principalmente aqueles relativos ao escopo, datação, e motivações do historiógrafo interessado nas tradições brasileiras de pesquisa lingüística.

2. O registro histórico das tradições lingüísticas latino-americanas

Do ponto de vista da história do conhecimento sobre a natureza da linguagem, ninguém negaria que o contato do homem europeu com a diversidade lingüística ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX trouxe, de um lado, uma contribuição considerável ao alargamento — quantitativo e qualitativo — do conhecimento empírico sobre as línguas (cf. Swiggers 1997; Law 2003). De outro, entretanto, é de se perguntar até que ponto esse conhecimento empírico — no sentido que Dionísio da Trácia (170-90 a.C.) atribuiu, pela primeira vez, ao termo *gramática* (Robins 1986) — propiciou a formulação de questões teóricas sobre nossas práticas descritivas. Ou ainda, sobre qual seria o lugar ocupado pelo estudo de línguas não documentadas,⁴ como é o caso das línguas americanas, na historiografia da gramática universal, por exemplo, ou na historiografia da classificação e das tipologias lingüísticas. O que a história da elaboração das gramáticas, vocabulários e glossários produzidos em séculos anteriores poderia nos ensinar a respeito de como desenvolvemos nossa prática de observação e representação de dados lingüísticos?

Quando se buscam respostas em nossa historiografia canônica sobre a eventual contribuição para a lingüística geral dos três ou quatro séculos de copiosa coleta de dados de ‘línguas exóticas’, levada a cabo pelos missionários sul-americanos, nos surpreendemos pela parcimônia das referências. Raras são, nos manuais contemporâneos de história da lingüística, isto é, naqueles não elaborados por praticantes da lingüística americanista,⁵ referências mais detalhadas sobre as contribuições, por exemplo, do *Saggio di Storia Americana* (Roma, 1780-1784, 4 vols.), de Filippo Salvatore Gilij (1721-1789), ou sobre o monumental *Catálogo* (1^a. ed Cesena, 1785), de Lorenzo Hervás y Panduro (1735–1809) que, ao compilar exaustivamente a produção gramatical jesuítica, constituiu um precioso banco de dados descritos sob um ‘mesmo’ molde o que, em última instância, a meu ver, teria tornado igualmente viável, três séculos depois, a idéia de um programa de investigação baseado em estudos comparados de línguas não-indoeuropéias.

⁴ Esta situação tende a ser corrigida a médio e longo prazo, na medida em que os vários projetos atualmente envolvidos com a documentação das ‘línguas em extinção’, várias delas americanas, forem disponibilizando seus arquivos. Por ora, até onde temos podido acompanhar o andamento desses projetos, ainda faz sentido nos referirmos genericamente às línguas americanas como línguas não-documentadas.

⁵ Há, sem dúvida, uma respeitável literatura bibliográfica sobre a produção americanista — por ex. Backer & Backer 1869-1876, Mendiburu 1874-1890, Muñoz y Manzano 1892, Pastells 1912-1915, Leite 1938, Tovar 1961, Meliá et al. 1987 — que não supre, entretanto, o interesse em se preservar um *corpus* de textos e não oferece (e nem é seu objetivo oferecer) uma discussão sobre a configuração teórica dos seus metatermos.

Neste sentido, um dos desafios do historiógrafo das tradições lingüísticas latino-americanas é tentar reconstruir e, se possível, explicar, como e por que, no processo de seleção das idéias e práticas lingüísticas que efetua, certas tradições de estudo, como, por exemplo, o das línguas autóctones americanas, teriam sido subestimadas (para não dizer excluídas, em uma interpretação mais forte) da historiografia lingüística canônica, pelo menos até a segunda metade do século XX.

A tarefa de estabelecer o registro histórico das tradições lingüísticas latino-americanas não é, de fato, óbvia. Há um paradoxo inicial que consiste em buscar idéias e práticas lingüísticas latino-americanas em um período anterior mesmo à existência de uma identidade latino-americana. Mas é justamente este processo de construção de uma unidade territorial, política e lingüística que deve servir de pano de fundo para uma historiografia da lingüística brasileira.

Embora seja inegável a contribuição das descrições vernaculares européias para a cultura lingüística renascentista (cf. Robins 1967; Auroux 1992 a e b), não será demais enfatizar, uma vez mais, que a produção gramatical mais extensa deste período foi a dos missionários católicos do ‘Novo Mundo’ americano. Ao longo de três séculos, franciscanos (O.F.M.), dominicanos (O.P.), agostinianos (O.S.A) e, principalmente, jesuítas (S.J.)⁶ vieram à América cumprir a dupla função do trabalho missionário: catequese e ensino da leitura e escrita.

O resultado foi uma produção lingüística bastante expressiva: Wonderly & Nida (1963: 117) dão uma medida do volume da produção hispano-americana. Só para o século XVI afirmam ter registrado 212 trabalhos de missionários. Desses, 30 sobre línguas sul-americanas; 27 sobre línguas da América Central e 155 sobre o México, sendo que o Náhuatl clássico, língua dos astecas do México central, foi a mais representada, com 92 trabalhos. No século XVII, registraram mais de 250 trabalhos sobre as mesmas línguas; no XVIII, 210. Se incluirmos nessa conta as gramáticas missionárias escritas no período colonial sobre as línguas asiáticas (por ex.: japonês, chinês, vietnamita; línguas filipinas: tagala, bisaya, pampango, iloko, pangasinán, ibanag; indianas: tamil), além das africanas e australianas, esse número cresce sensacionalmente (cf. Ridruejo 2000; Zwartjes & Hovdhaugen 2003. Zwartjes & Altman 2005, Zwartjes, James e Ridruejo 2007).

No que diz respeito especificamente à América Portuguesa, ainda que seus interesses e os da América Espanhola fossem em grande parte coincidentes — ao menos oficialmente formaram uma só coroa sob o domínio espanhol entre 1580 e 1640 — a produção lingüística deste período foi bastante desigual. As gramáticas da América Espanhola foram bem mais numerosas, certamente devido a uma política de ensino de línguas indígenas bem mais agressiva (cf. os três *Concilios Limenses* em 1551, 1567 e 1582–1583) do que a da América Portuguesa, cujos interesses estavam, neste momento, mais a Oriente. Observe-se, ainda, que a cidade do México possuía imprensa própria desde 1539 (Sedola 1994: 86) e Lima (= *Ciudad de los Reyes*) já contava com uma Universidade desde 1551, com uma cátedra de língua indígena desde 1580 e, desde 1582, também com imprensa própria (Cerrón-Palomino 1997: 198).

O Brasil, ao contrário, só teria sua própria casa impressora no início do século XIX, e uma cátedra para o estudo do Tupi antigo só no século XX. Não é de se estranhar, pois, que, das eventuais centenas de línguas originalmente existentes em território português nos séculos XVI e XVII (Rodrigues 1993, 1994), só tenhamos tido a descrição gramatical de duas delas, como é sabido: do Tupi (=Tupinambá), elaboradas pelos jesuítas José de Anchieta (1534–1597), e Luís Figueira (1575–1643) e do Kiriri, elaborada pelo também jesuíta Luís

⁶ Respectivamente, *Ordem dos Frades Menores*, *Ordem dos Pregadores*, *Ordem de Santo Agostinho* e *Sociedade de Jesus* (v. Backer & Backer 1891).

Vincencio Mamiani (1652–1730) (cf. Anchieta [1595] 1990; Figueira 1621 e Mamiani [1699] 1877), todas escritas em português e publicadas, pela primeira vez, em Portugal.⁷

Guardadas as devidas proporções, é razoável imaginar que, para ambas as Américas, tanto a Espanhola quanto a Portuguesa, as línguas locais das várias ‘nações’ americanas também fossem alvo de curiosidade por parte dos europeus e, em consequência, objeto de coleções, ao lado de plantas, animais, costumes e instituições ‘exóticas’ (cf. a extensa literatura dos viajantes, elencados em Gimenes 1999). Sem dúvida, o domínio de todas essas línguas era indispensável ao sucesso da empresa colonial, o que favoreceu a implantação de uma série de medidas que visassem ao conhecimento (e, por extensão, ao controle) da heterogeneidade lingüística das Colônias (Altman 2003). Na medida em que os missionários foram sentindo a necessidade de também documentar a dialeção das línguas gerais, ao longo do século XVII e início do século XVIII, bem como a diversidade das línguas regionais e locais, várias outras gramáticas de outras línguas sul-americanas surgiram nos mesmos moldes. O *Catálogo* de 1800 do jesuíta Lorenzo Hervás (1735–1809) menciona 218 designações diferentes, relativas a línguas e a dialetos que hoje situaríamos no território sul-americano. (Parada 2002). É um número respeitável. Em três séculos, a empresa missionária colonial acumulara informação sobre a diversidade lingüística americana o suficiente para notar o quanto poderia haver de ‘afinidade’ e de ‘divergência’ entre as línguas: na pronúncia, no vocabulário e, nos termos de Hervás, também no seu ‘artifício gramatical’.

O mesmo procedimento aplicado à descrição das variedades nacionais européias, das línguas africanas, asiáticas e americanas viabilizava, por hipótese, pela primeira vez, o cotejo de dados equivalentes de línguas, mesmo que geográfica ou historicamente dispersas. Adequada ou não, a prática missionária de registrar as línguas nativas americanas em forma de vocabulários e gramáticas, nos mesmos moldes, possibilitou a Hervás, trezentos anos depois das primeiras descrições dessas línguas, compará-las, classificá-las, e colocá-las em perspectiva histórica. Para este autor, e para o tipo de estudo comparativo que efetuou, seria preciso verificar, além da história dos povos que falaram essas línguas, também seu vocabulário fundamental e as regras de estrutura gramatical (v. Parada 2002 e Parada e Altman 2000). Tarefa perfeitamente viável, já que a concentração de jesuítas expulsos de todos os territórios espanhóis e portugueses em Roma a partir de 1759, onde já se encontrava Hervás, significou também a concentração privilegiada, em um único lugar, de trezentos anos de *know how* de descrição gramatical.

3. O registro histórico das tradições lingüísticas brasileiras

Na sua *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras* (Mattoso Câmara 1977), que reúne o conjunto de dez palestras que proferiu em 1960 no Museu Nacional, Joaquim Mattoso

⁷ Há referências a um trabalho conjunto dos P. José de Anchieta e P. Manuel Viegas (1533–1608) sobre a língua dos índios *maromomi* (= *maromemim*, *marumimi*, *guarumimim*, *guarulho*) de que não restou cópia (Rodrigues 1998: 61). Quanto aos vocabulários, seria preciso acrescentar a este elenco: Anônimo. 1938[1621]. *Vocabulário na língua brasileira*. Manuscrito Português-Tupi do séc. XVII coord. e pref. por Plínio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura. (2a ed., Boletins 137 e 164 da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1952 e 1953.); Anônimo. 1771 (ms. inédito). *Dicionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado*. [Escrito na cidade do Pará, anno 1771]. Coimbra: Universidade de Coimbra, ms. 81; Anônimo. 1751 (ms. inédito). *Dicionário português-brasiliano e brasiliano-português*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ms. I-1, 1, 14; Anônimo. 1795 (1ª. edição). *Dicionário português-brasiliano e brasiliano-português*. Lisboa: Officina Patriarcal; Ayrosa, Plínio. 1934. *Dicionário português-brasiliano e brasiliano-português*. [Reimpressão da 1ª. parte da edição de 1795 (Lisboa: Officina Patriarcal, ano MDCCXCV. Com licença, sem designação do autor), seguida da 2ª. parte, até então inédita, ordenada e prefaciada por Plínio M. da Silva Ayrosa]. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, tomo XVIII.

Câmara Jr. (1904–1970), reconhecido por várias gerações de lingüistas como o introdutor da moderna ciência da linguagem no Brasil e, talvez, de em toda a América Latina, descartou a herança descritiva ‘colonial-missionária’ do nosso horizonte de retrospectão.

Com efeito, na medida em que a qualificou — não sem certa dose de razão — de utilitária, centrada na comunicação com os nativos para fim de propaganda religiosa, diferente daquela que seria feita por um lingüista moderno, a excluiu do escopo da ‘verdadeira’ ciência da linguagem, objetiva e desinteressada em seus propósitos, por definição (Mattoso Câmara 1977: 101). Na sua avaliação, o contexto colonial era favorável ao surgimento de uma língua franca, variedade simplificada da língua originalmente falada no Brasil, que fora o objeto das primeiras descrições dos jesuítas, cujo intento último era o disciplinamento da língua da terra que ascenderia, dessa maneira, à desejável estrutura da língua latina. O resultado desse trabalho descritivo foi, na interpretação de Mattoso, uma língua quase artificial: o Tupi Jesuítico, ou Missionário, distanciado do Tupi natural que lhe serviu de base. Nos seus termos: “o missionário lingüista foi catequético tanto quanto o missionário religioso. Da mesma sorte que se queria melhorar os costumes, o espírito, a moral, a religião do índio, também se pretendia melhorar-lhe a língua”, moldando-a ao latim (Mattoso Câmara 1977: 102). O campo de estudo das línguas indígenas dividia-se, assim, para Mattoso, entre uma lingüística Tupi, “ou estudo objetivo da língua em todas as suas manifestações e especialmente as orais”, ainda por ser feito, e uma filologia Tupi, “interessada na literatura de intenção religiosa criada em Tupi pelos missionários” (Mattoso Câmara 1977: 106)

Voltarei, nas sessões que se seguem, à questão da separação dos campos da lingüística e da filologia, tal como formulada por Mattoso Câmara, e dos seus reflexos na formação de um grupo profissional de lingüistas no Brasil da década de sessenta. Por ora, gostaria de nuançar a questão da latinização dessas línguas, tal como interpretada pelo autor.

3.1. O modelo latino de referência

Por um lado, é inegável que as gramáticas coloniais, aí inclusas as gramáticas missionárias, se organizaram como reza certa tradição latina. Não poderia ser diferente, aliás, dado o momento histórico em que foram produzidas. Embora os missionários-lingüistas da tradição gramatical em língua portuguesa não tenham explicitado o modelo que lhes serviu de referência — ao contrário dos seus colegas espanhóis que sempre renderam tributo explícito à Elio Antonio de Nebrija (1441/44–1522) — o que especialistas geralmente admitem (*cf.* Rosa 1995, Zwartjes 2002, Tashiro 2003) é que a principal referência dos missionários-lingüistas da tradição portuguesa⁸ tenha sido o *De Institutione grammatica*, 1ª. ed. de 1572, de Manuel Álvares, S. J. (1526–1582), escrita sob encomenda para a Ordem, embora não se possam descartar outras possibilidades, como a gramática de Johannes Despauterius (c.1460–1520), que logo substituiria a de Álvares na preferência dos jesuítas (Zwartjes 2002: 29). Seja como for, o modelo de gramática que regeu a tradição descritiva do Tupinambá — e que designaremos aqui, de forma genérica, como *modelo latino de referência* — é aquele que se erige em oito partes da oração: nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, interjeição, conjunção, basicamente o mesmo proposto por Donatus (metade séc. IV), Priscianus (final séc. V, início séc. VI), Nebrija ([1481] 1981) e Despauterius (1528), embora

⁸ A despeito do fato de Anchieta ser, a rigor, espanhol, uma vez que nasceu, em 1534, em Tenerife. Mas estudou em Coimbra entre 1548 e 1551 (Rodrigues 1997: 373) e, uma vez no Brasil, aos 19 anos, reportou-se sempre ao ramo português da Cia. de Jesus, até sua morte em Lisboa, em 1597.

não obrigatoriamente nesta mesma ordem de apresentação, nem com exatamente o mesmo número de acidentes (Robins 1986; Colombat 1988).⁹

Por outro lado, os primeiros descritores que aprenderam essas línguas o fizeram, evidentemente, também em convivência com os falantes nativos. Nesta tarefa, era necessário criar métodos, estratégias de como realizar trabalho de campo, elicitar dados e registrá-los, pois essas línguas não possuíam descrições prévias e nem eram faladas, ao menos em um primeiro momento, por quem as descrevia. As primeiras descrições das artes de gramática foram, pois, inevitavelmente mediatizadas não apenas pelo conhecimento formal que os missionários tinham da gramática latina, mas também pelo conhecimento dos modos de descrição do seu vernáculo (v. Barros 1994; Gonzáles 1994), e por certa intuição da língua sob descrição, que acabaram por adquirir ao longo do intercurso com os falantes nativos (Hernández-Sacristán 1994: 129; Rosa 1995: 276). Observe-se:

Afsi como na lingua Portuguefa em lugar de cafos ajuntamos algũas prepoſições aos nomes, v.g. Pedro, De Pedro, A Pedro, Pera Pedro, Com Pedro, &c.; Afsi tambem nesta lingua qualquer nome ſultantio he governado, & varia com prepoſições. (Figueira 1621: 3v)

O trecho ilustra a mediatização do vernáculo português na descrição do Tupinambá: assim como se descobriu que os nomes das modernas línguas românicas, sem flexão de caso, haviam substituído as formas latinas declináveis, provocando uma reavaliação das construções com preposições (Robins 1967: 79-80), os nomes do Tupinambá, que “cômumente, não tem diſtinação de números, ſingular, & plural; nem tambem de cafos; mas a mesma voz ſerue em ambos os números, & em todos os cafos” (Figueira 1621:2), provocaram, por analogia formal, uma reavaliação das posposições.

Diferentemente, entretanto, do modelo latino de referência¹⁰ —e da tradição vernacular portuguesa que se desenvolveu paralelamente a ela¹¹ (cf., ainda, Gonçalves 1995), ou mesmo daquela introduzida por outros missionários de origem portuguesa como João Rodrigues, S.J. (1561–1633)¹²— a tradição descritiva do Tupinambá inaugurada por Anchieta no século XVI,

⁹ Do ponto de vista do número e hierarquia das partes de que se compõe a gramática, Anchieta ([1595] 1990) é, relativamente, o mais ‘livre’ em relação ao modelo de referência. Desenvolvida em dezesseis capítulos, sua gramática se inicia com um apanhado geral das letras, ortografia, pronúnciação e acento (1-9), seguido da exposição das propriedades da morfologia dos nomes (9-10v), dos pronomes (10v-17) e dos verbos, de longe a parte mais extensa da gramática (17v-40; 46-58v), intercalada com uma enumeração das preposições (40-46). Não há capítulos especialmente dedicados aos advérbios (embora a eles se faça menção em alguns pontos da gramática), às interjeições e às conjunções. Já a gramática de Figueira (1621), que teria, entre outros, o mérito de ter ajustado a gramática de Anchieta ao cânone latino adotado pela Cia. de Jesus (Rosa 1995: 280) é a que segue, de fato, bem de perto, o modelo prisciano das oito partes do discurso.

¹⁰ Nebrija em sua *Introductiones Latinae* de 1491 (v. Nebrija [1481] 1981), por exemplo, se utiliza da classe do ‘artigo’ (= *articulus* ou *articulare*) para opor o substantivo ao adjetivo: o primeiro só pode se declinar por um ou dois ‘artigos’ (*hic* ou *haec finis*); o segundo se declina por três terminações (*bonus, a, um*), ou três ‘artigos’ (*hic* ou *haec* ou *hoc felix*). (Colombat 1988: 53). Na sua *Gramatica Castellana* de 1492, o mesmo Nebrija alerta para a semelhança formal —mas não funcional— entre os pronomes *el, la, lo* e os artigos *el, la, lo* (Nebrija [1492] 1946: 74).

¹¹ Na sua *Grammatica da Lingoagem Portugueſa*, de 1536, Fernão de Oliveira (1507–ca.1581) diz o seguinte a respeito dos artigos: “nam dizemos ainda agora neste lugar né liuro que cousa he artigo: nem tampouco mostramos q~ oficio tem: porq~ aqui não falamos se não das formas ou figuras das vozes ou dições, e para isto so abasta saber q~ os artigos na nossa língua diuersificação ou varião a forma de sua voz em gêneros: numeros e casos. em gêneros como .o.e.a. e é números como .os. e .as e em casos como o. do. o. a. da. a. a: os dos. os. os. a. das. as. As [...]” (Oliveira ([1536] 1933: 91ss).

¹² Na sua *Arte da Lingoa de Japam*, por exemplo, Rodrigues ([1604-1608] 1978) distingue dez partes independentes da oração: nome, pronome, verbo, particípio, posposição, advérbio, interjeição, conjugação, partícula e artigo, que define como a parte da oração, que, posposta aos nomes, responderiam aos casos latinos: “DO ARTIGO. O Artigo compreende certas particulas, que respondem aos casos latinos juntas aos nomes: de

que se estendeu até o início do século XIX pelo menos, se valeu de duas categorias para designar as séries de formas número-pessoais que antecedem as raízes verbais, ou nominais, da língua: a que chamou de *artigos* (ou *artículo*), e a que chamou de *pronomes*.¹³ Observe-se:

	<i>pronomes</i> (formas livres)	<i>pronomes</i>	<i>artigos</i>
1s	yxê	xê	a-
2s	endê	ndê	ere-
3s		y,i	o
1p excl.	orê	oré	oro
1p incl.	yandê	yandé	ia, ya
2p	pee	pê	pe
3p		y,i	o

Figura 1: séries de marcadores número-pessoais do Tupinambá (Anchieta 1595)
 Donde, s= singular, p=plural, excl.=exclusiva, incl.=inclusiva

Figueira seguiu Anchieta de perto nesta questão, mas, ao fazê-lo, introduziu na descrição da morfologia verbal da língua o conceito de ‘primeira’ e de ‘segunda conjugação’, separando aquela que se conjugava com o *artigo*, a primeira, daquela que se conjugava com *pronome*, a segunda.¹⁴ Nesta solução, Figueira, ao mesmo tempo em que imprimiu uma ordem canônica à distribuição das formas verbais do Tupinambá, forneceu um lugar e uma definição para as duas categorias, o que havia ficado apenas implicitado em Anchieta. Donde o seguinte quadro de formas:

	<i>pronomes</i>	<i>artigos 1</i>	<i>artigos 2</i>
1s	xê	a-	ai
2s	nde	ere-	erei
3s	y	o	oi
1p excl.	ore	oro	proi
1p incl.	yande	ya	yai
2p	pe	pe	pei
3p	y	o	o

Figura 2: séries de marcadores número-pessoais do Tupinambá (Figueira 1621)
 Donde, s= singular, p=plural, excl.=exclusiva, incl.=inclusiva

A interpretação de Figueira das séries de marcadores número-pessoais do Tupinambá é menos econômica do que a de Anchieta. Figueira interpreta o *i-* —acusativo de 3a pessoa (cf.

modo que artigo he huma parte da oração, que junta aos nomes mostra em que caso esteja o tal nome, conforme ao Latim; Vt. *Va. Ga. No. Tori.* Pera Nominatiuo. *No. Ga.* Pera Genitiuo. *Vo. Voba. Va,* pro voba. *Ga.* Pera accusatiuo. *Ni. Ye.* Pera Datiuo. *Yori. Cara. Ni, de, Nite.* Pera Ablatiuo. *Icani. Nov, Nonov. Movxi.* Pera Vocatiuo.” (cf. Tashiro 2003).

¹³ “[Os pronomes] *yxê, endê, peê* sempre são substantivos, feruem de suppostos em todos os tempos que têm **artículos**, vt *yxê aço*, eu vou. *Endê ereçô*, tu. *pee^ peçô*, vos. Onde o verbo perde o **artículo** se for actiuo também podem ser suppostos, porque necessariamente se lhe há de seguir accusatiuo, vt, *yxê Pedro jucáreme*, se eu á Pedro matar. *ndê Pedro jucáreme*, se tu. *pee^ Pedro jucáreme*, se vos. Mas sendo verbo neutro necessariamente se há de repetir o *xê, ndê, pê*, vt. *yxê xêçóreme*, se eu for. *ndê ndêçóreme* se tu. *pee^, pêçóreme*, se vos. Repetidos desta maneira também podem fer accusatiuos em todos os tempos, & modos, vt. *yxê xêjucá*, a mi me matão. *ndê ndêjucá*, a ti te matão. *pee^ pêjucá*, a vos” (Anchieta [1595] 1990: 11v, grifo meu).

¹⁴ “E auemos logo de aduertir, que os verbos hũs se começam por **artigos**, outros se começam por pronomes & pólos **artigos**, & pronomes se conhecem, & distinguem as pessoas, & numeros dos verbos porque a voz nua de tais verbos he sempre a mesma sem distinção algũa. Mas os **artigos** e os pronomes respondem igualmente aos pronomes latinos Ego, Tu, Ille, Plur. Nos, Vos, Illi. I. Art. A, Ere, O, Plur. Ya, Oro, Pe 2. Art. Ai, Erei, Oi, Plur. Yai, Proi, Pei Pronome. Xe, Nde, Y. Plur. Yande, Ore, Pe, Y O primeiro artigo de A, fingello ferue a quafi todos os verbos neutros; e a alguns Actiuos. O Artigo Ai, fomite ferue a muitos actiuos; & a estes dous neutros, Aicó, Aiquê. [...] (Figueira 1621: 6-7, meu grifo)”.

Navarro 1998: 50)— de forma não autônoma, constituindo, com os *artigos*, uma terceira série de marcadores pessoais. Esta interpretação, i.e., de duas subclasses de artigos, será única em Figueira; nem Anchieta, nem o autor anônimo do séc. XVIII a adotaram, mas o metatermo é o mesmo.¹⁵

A *Grammatica* anônima do século XVIII segue as classificações de Anchieta e Figueira, distinguindo os verbos que se ‘conjugam’ por *artigos*, daqueles que se conjugam por *pronomes*, e atribuiu a eles uma função organizadora na economia geral da própria gramática, apresentando primeiro a lista dos artigos, em seguida, a dos pronomes; na seqüência, os verbos que se conjugam com uns, depois os que se conjugam com outros, e só então discorre sobre o elenco das oito partes da oração.¹⁶

Apesar da reconhecida originalidade na solução e apresentação de problemas fonológicos ou morfológicos do Tupinambá (cf. o tratamento dado ao *i* ‘grosso’, à conjugação verbal negativa, à regra dos advérbios, ou ao tempo dos nomes, discutidos em detalhes por Rodrigues 1997), não há inovações terminológicas ou conceptuais salientes em Anchieta em relação ao modelo latino de referência, exceto na remotivação que fez do metatermo *artigo*, em oposição a *pronome*.

A série ‘livre’ *yxê*, *endê*, etc. não teria apresentado, presumivelmente, qualquer problema para Anchieta ou seus sucessores. Funcionando, ou como *suposto*, i.e, como sujeito dos verbos intransitivos (chamados *neutros*, por ex.: *yxê aço* [eu vou]), e dos transitivos (chamados *ativos*, por ex.: *yxê Pedro jucáreme* [se eu a Pedro matar]), ou como *acusativo* desses últimos (por ex.: *yxê xêjucá* [a mim me matam]), enquadravam-se na categoria dos pronomes substantivos, em um caso de analogia funcional ao modelo latino de referência.

O fato lingüístico que requereria um tratamento original de Anchieta advinha de uma característica do Tupinambá, que consistia em se valer de duas séries de formas clíticas para marcar as relações sujeito e objeto, ou, como preferem alguns autores na linha de Klimov 1974 (cf. Maia 1986, Leite 1990, Seki 2000, Reich 2003), para marcar as relações semânticas entre os actantes nominais, ou verbais. De acordo com esses autores, se a raiz for ‘ativa’, os prefixos subjetivos, tanto dos verbos transitivos quanto intransitivos, serão da série ‘ativa’, no caso *a-*, *ere-* etc.; se for ‘estativa’, os prefixos verbais, sempre de verbos intransitivos, serão da série estativa, no caso, *xe-*, *nde*, etc., que coincide, por sua vez, com as formas marcadoras de objeto da série ativa. Como nos exemplos abaixo:

série ‘ativa’ (artigos)

a-jucá Pedro (Anchieta [1595] 1990: 36)¹⁷

1s/‘ativo’/Vt/Pedro

eu mato Pedro

série ‘estativa’ (pronomes)

¹⁵ O problema (e o interesse) dessa divisão, a rigor, está em outro lugar. Trata-se, neste momento, para os primeiros descritores do Tupinambá, de estabelecer critérios que permitam diferenciar duas grandes classes de palavras, a dos nomes e a dos verbos, já que a eles parece que, tanto ‘nomes’, quanto ‘verbos’ se conjugam (Cf. Edelweiss 1958 e, mais recentemente, Altman 2006).

¹⁶ “Os artigos são seis, os quaes servem de dar aconhecer a pessoa em que está o verbo e são os seguintes: A, eu; Ere, tu; O, elle. Ya, nós; Pe, vós; O, elles. Por estes artigos, ou sinais é que se conhece em que pessoa estão os verbos em qualquer Modo, excepto no Imperativo, e Permissivo, porque estes tem outra casta de artigos, que logo direy. Ponho exemplo no verbo Iucá, que significa matar: Ajucá eu mato; Erejucá tu matas; Ojucá elle mata; Yajucá nós matamos; Pejucá vós matais; Ojucá elles matão. Onde se vê claramente, que o verbo Iucá, ajuntandolhe o artigo A se conhece está na primeira pessoa do modo indicativo.” (Anônimo séc. XVIII, *apud* Magalhães 1981: 206)

¹⁷ “Sendo a terceira pessão accufatiuo falafê direitamête pelos artículos fê nhûa mudãça, vt, *aiucá* Pedro, mato a Pedro, *erejucá*, *ojucá*, & flic in plurali, *orojucá*, *yajucá*, *ojucá*, fêpre Pedro he o accufatiuo, porq[ue] não fê perdê os artículos, & está claro.” (Anchieta [1595] 1990: 36)

xecatû (Anchieta [1595] 1990: 46)¹⁸

1s/nom/‘não ativo’/Adj

eu bom/ eu sou bom

xemaenduar (Figueira 1621: 19v)

1s/nom/‘não-ativo’/Vi

eu me lembro

xe-jucâ Pedro (Anchieta [1595] 1990: 36v)¹⁹

1s/acus/‘não-ativo’/Vt/Pedro

me mata Pedro

(Donde: s=singular; Vt= v. transitivo; nom= nominativo; Adj=adjetivo; acus=acusativo; Vi= v. intransitivo.)

A ser adequada essa interpretação, o Tupinambá dos séculos XVI, XVII e, talvez, também do XVIII, teria sido uma língua do tipo ativo, que marcaria seus dois casos, ‘ativo’ e ‘inativo’, por meio de prefixos verbais que atualizariam preferencialmente seus papéis temáticos e, apenas secundariamente, suas funções sintáticas. Se assim for, não se pode dizer que a utilização do termo *artigo* pela tradição descritiva do Tupinambá seja um exemplo de transposição conceptual ou metalingüística do modelo latino de referência. Muito provavelmente estamos diante de um caso de simples empréstimo terminológico para descrever uma realidade lingüística *ad hoc*. Mas não se pode deixar de dizer também que, para além da terminologia adotada, a solução encontrada pelos primeiros descritores do Tupinambá para marcar a diferença das duas séries de clíticos está longe de distorcer os fatos da língua e de moldá-la à estrutura do latim.

Acrescente-se, ainda, que reconhecer o modelo latino como forma a partir da qual todas essas gramáticas se constituíram não deve implicar, entretanto, que havia um modelo latino único. É interessante notar neste sentido que, diferentemente de Portugal e Espanha, a linha de reflexão sobre a linguagem em boa parte da Europa, neste momento, ia na direção de uma gramática filosófica, escolástica, baseada na lógica — cf. *inter alia* os gramáticos-filósofos de Port Royal e, por exemplo, Francisco Sánchez de las Brozas (1523–1601), *El Brocense*, de leitura proibida, aliás, na Ibéria do final do século XVI (Zimmermann 1997: 14). Neste quadro de trabalho, como se sabe, a questão da diversidade lingüística se colocou de outra maneira. Aqui emergiram programas de investigação que propunham a construção de sistemas universais de comunicação, ou de sistemas de organicidade perfeita (v. Eco 1995), ou a construção de teorias dos elementos comuns, universais a todas as línguas, para além do seu uso individual e histórico. Não houve interesse, nesta tradição ‘universalista’, na comparação lingüística ‘empírica’, a não ser já ao final do século XX, quando a diversidade estrutural, intra-sistêmica, também foi considerada uma propriedade universal a todas as línguas (cf., por exemplo, o programa de investigação chomskyano dos *Princípios e Parâmetros*).

Nada em comum entre essa orientação filosófico-universalista e os processos envolvidos na codificação de uma língua geral, ao menos tal como se deram em contexto sul-americano

¹⁸ “Os nomes conjugados como verbos incluem em si o verbo *fum*, *es fui*, em duas significação, *f*, *fer*, & *ter*. Para a significação de *estar* ha verbos particulares, & proprios, *estar sentado*, *deitado*, *andando*. Quanto a primeira significação, *fer*, *cõ adiectiuos* ou *substantiuos* *catû*, bom: *xecatû*, eu sou bom. *ndecatû*, tu. *ycatû*, ille. [...]” (Anchieta [1595] 1990: 46)

¹⁹ “Em toda a mais construção, sendo qualquer das outras pessoas acusativo, se perde o artigo, & o acusativo se há de por a parte ãe immediato ao verbo, vt *xejucâ Pedro*. Pedro me mata. *ndejucâ*, *yjucâ*, *orejucâ*, *yandejucâ*, *pejucâ*, *yjucâ*. Sempre a primeira, & segundada (*sic*) pessoa, he *accusatiuo*. O *nominatiuo* ponha-se ante, vel post ad libitum, porque o *accusatiuo* já fica claro. (Anchieta [1595] 1990: 36v-37)

(v. Rosa 1995, Altman 1997a e b). A descrição de línguas tipologicamente tão diferentes sob um ‘mesmo’ molde abriria margem, a um tempo, para a relativização da universalidade deste molde (Altman 2002) e para uma apreciação, também relativa, das diferenças lingüístico-culturais (v. Zimmermann 2005). Não para a criação de uma língua artificial como um Tupi-jesuítico (Mattoso Câmara 1977: 102-103; mas v. também Edelweiss 1969: 40), ou para uma gramática geral das línguas gerais. O contexto estruturalista no qual estava inserido Mattoso Câmara nos anos sessenta, que enfatizava a especificidade estrutural das línguas naturais, em consequência, irredutíveis umas às outras, o levou a interpretar a tradição descritiva missionária como uma tentativa ‘bem sucedida’ de criação de uma língua artificial, em que as especificidades estruturais e dialetais das línguas indígenas foram propositadamente desprezadas. Nada mais distante, a meu ver, do que nos revelam essas gramáticas, quando revistas no seu contexto específico de produção, isto é, a lingüística colonial renascentista. (Para uma crítica recente v. Rodrigues 1996, Leite 2003 e 2005 e Altman 2007).

Não posso afirmar, entretanto, que descrever centenas de línguas sob o mesmo modelo latino de referência, o que tornou possível cotejá-las e compará-las trezentos anos depois, tenha sido a intenção inicial dos missionários, e que todos os passos que deram foram, inequivocamente, nesta direção. Ao contrário, o conhecimento lingüístico parece ser um processo complexo, pluridirecional, cujas continuidades (e descontinuidades) só podem ser restabelecidas pelo historiógrafo da lingüística, a posteriori, e muitas vezes, tentativamente, como no presente texto, a partir da perspectiva privilegiada do presente histórico.

Feitas por missionários e para missionários, o impacto dessa produção lingüística na esfera civil e do estado foi, de um lado — é preciso reconhecer — pequeno para alterar conceitos (arraigados) da inferioridade lingüística do índio, a que corresponderia sua inferioridade social e política. De outro, foi insuficiente para se fazer visível a uma lingüística europeia voltada, principalmente a partir do século XVIII, para a elaboração de uma gramática universal, desinteressada, como consequência, das questões sobre diversidade lingüística. Se essas gramáticas contribuíram para a formação de uma cultura lingüística nova, como acredito, de base experimental, não mais estritamente ocidental e clássica, nossa historiografia canônica não registrou.

Some-se a isso a retórica de ruptura da lingüística (alemã e dinamarquesa) do século XIX que dividiu o conhecimento lingüístico entre um período pré-científico, aquele que a antecedeu, e um período verdadeiramente científico, aquele que inaugurou com o método histórico-comparativo. Independentemente, pois, do seu valor descritivo, a produção lingüística missionária permaneceu circunscrita ao mundo do ‘exótico’, da fé religiosa, da não-ciência, excluída dos projetos europeus que almejavam conferir ao estudo histórico e comparativo das línguas indoeuropeias o estatuto de uma ciência natural, e excluída, por extensão, da historiografia oficial que legitimou a *Neue Philologie* alemã como a ‘verdadeira’ ciência da linguagem.

3.2. O modelo (indo)europeu

Foi esse o ideário reproduzido no Brasil por Mattoso Câmara, em meados do século XX, a quem cabe a autoria do único manual brasileiro de história da lingüística, suficientemente abrangente, publicado até a década de oitenta.²⁰ Mesmo assim, trata-se de um conjunto de

²⁰ Outros manuais de História da Lingüística entraram no país até os anos oitenta, em versão brasileira portuguesa, espanhola ou argentina e tiveram alguma recepção nos cursos de graduação da década de setenta: principalmente, Thomsen 1945 (versão espanhola; até onde pude verificar, nunca traduzido para o português); Machado 1942 (orig. português); Leroy 1963; Guevara & Llorente 1967 (orig. espanhol); Vilanova & Lujan 1950 (orig. espanhol); Coseriu 1980; Malmberg 1964[1959]; Mounin 1970[1967], 1972; Robins 1967; Lepschy 1971.

palestras destinadas a um curso de história da lingüística, originalmente escritas em inglês, para um público não brasileiro que, somente alguns anos depois, seriam vertidas para o Português e publicadas em forma de livro, postumamente, em 1975.²¹

Mesmo constituindo, como afirma o autor na sua ‘Advertência prévia,’ apenas “... um resumo à vol d’oiseau das grandes idéias lingüísticas até nossos dias...”, o livro cresce em significado ao ser qualificado pelo próprio Mattoso como um complemento aos seus *Princípios de Lingüística Geral* (1a. ed. 1941, reimpressa em 1942), princípios esses que nortearam em grande parte as primeiras gerações de *scholars* envolvidos na institucionalização da disciplina lingüística no Brasil. Neste sentido, a releitura da sua ‘*História Sumária da Lingüística*’ (título que originalmente lhe deu), é de fundamental importância para a elucidação da percepção que teve Mattoso, tanto das tradições lingüísticas que o antecederam na cronologia da disciplina, quanto do que denominou *correntes contemporâneas*.

E, na sua percepção, “A **lingüística** é uma ciência muito nova [que] começou a existir na Europa em princípios do século XIX sob o aspecto de um estudo histórico...” (Mattoso Câmara [1962] 1975: 13), não apenas distinta da Filologia, que definiu como o estudo dos textos antigos que visa à compreensão dos traços lingüísticos obsoletos a fim de captar a mensagem artística que encerram (cf. *id.*:11), mas também distinta da investigação dos aspectos biológicos relacionados à faculdade de linguagem, abordagem que denominou *biológica*, e da tradição filosófica grega, que denominou de *estudo lógico da linguagem*.

A Filologia, ao lado da tradição normativa (*Do and Don’t study*) e do estudo motivado pelas situações de contato lingüístico (*Foreign Language study*) constituíam, para Mattoso, o campo dos estudos *pré-lingüísticos*, “... isto é, algo que ainda não é lingüística” (*id.*: 13). O estudo lógico (filosófico) e o estudo biológico, por sua vez, por não fazerem parte do que considerou o domínio da linguagem propriamente dito, constituíam um domínio a ele limítrofe, na sua denominação, *paralingüístico*. Na retrospectiva do pensamento lingüístico a que se propôs Mattoso, antes do século XIX, só era possível encontrar na tradição ocidental, estudos do tipo que denominou *pré-lingüísticos* e *paralingüísticos*, e, na tradição oriental, mesmo entre os que considerou os “... países mais adiantados de então, ou seja, a China e a Índia antigas.” (*id. ib.*), não houve qualquer tipo de lingüística (*sic*).

A visão parcial e fortemente restrita de Mattoso da história do pensamento lingüístico que, para ele, a rigor, não começou senão na Europa do século XIX, não é tão importante quanto o fato de ter sido esta a visão divulgada dentre aqueles que considero a primeira geração de pesquisadores brasileiros que então buscavam afirmar sua autonomia enquanto lingüistas. Como a *pré-lingüística* e a *paralingüística* não se interromperam, segundo Mattoso, com o advento da *lingüística* (cf. Mattoso Câmara [1962] 1975: 14), excluir essas tradições do então novo campo de estudos que apenas se inaugurava no Brasil era uma consequência inevitável. Ser lingüista significava naquele momento, filiar-se a uma tradição ocidental, iniciada na Europa do século XIX, e excluir-se da tradição normativa, da investigação da linguagem enquanto fenômeno biológico, da tradição do pensamento filosófico grego e, principalmente, da tradição filológica, então dominante. Como consequência, qualquer reflexão sobre a

²¹ Nas palavras do autor: “Este desprezioso livrinho teve sua origem num curso sobre ‘História da Lingüística’, que dei no verão de 1962 na Universidade de Washington, em Seattle, Wash., como professor visitante para o Instituto Lingüístico organizado por aquela Universidade em cooperação com a Sociedade Lingüística da América. Elaborei, para isso, minuciosas súmulas em inglês, que, a pedido dos alunos, foram datilografadas e mimeografadas e despertaram certo interesse dentro e fora da Universidade.” (Mattoso Câmara s/d, ‘Advertência prévia’ ao seu *História Sumária da Lingüística*, manuscrito inédito). Agradeço a Angela Maria Ribeiro França que me cedeu cópia de parte do manuscrito inédito de Mattoso Câmara.

história do pensamento lingüístico no contexto brasileiro encontrava (e encontrou), pois, no limiar do século XIX europeu, senão depois, o limite do seu horizonte de retrospecto.

Não por acaso. A implantação descontínua e tardia da disciplina Lingüística no Brasil,²² se comparada àquela dos centros nos quais mais se espelhou, europeus e/ou norte-americanos, acabou por propiciar entre as primeiras gerações de lingüistas brasileiros uma incessante corrida pelo domínio das teorias ‘revolucionárias’, em uma tentativa de recuperar o que foi percebido por estas gerações como o tempo a ser resgatado para colocar o Brasil no rumo da pesquisa lingüística internacional contemporânea. A geração dos anos sessenta, que mal se incumbira das novas tarefas da lingüística do Brasil²³ relativas à descrição (estrutural) sincrônica das línguas indígenas e do português aqui falado (e suas variedades) se via, quase que simultaneamente, bombardeada por concepções de teorias lingüísticas ainda mais ‘novas’ e, principalmente, por novos critérios e objetivos de análise, de cujos desdobramentos precisava estar sempre a par. Não foi sem certa dose de razão, pois, que Coseriu (1976: 42 n.28) observou que “Na polêmica lingüística — freqüente especialmente no Brasil — prevalece o complexo de informação: não se discute o que o outro pensa, mas o que ele sabe a respeito de fatos, concepções e métodos.”

Vãs tentativas, entretanto, já que a obsolescência das teorias e metodologias da chamada lingüística moderna era mais rápida do que a capacidade dos nossos pesquisadores em assimilá-las. O contexto brasileiro dos anos sessenta, fortemente marcado pela necessidade de absorver uma realidade em rápida e intensa transformação social, econômica e política, impulsionava nossos pesquisadores para o futuro, ou melhor, para os modelos de futuro que nos apresentavam os chamados centros produtores de pesquisa (e tecnologia) de ponta. O modelo cumulativo de progresso científico que sustentou (e talvez ainda sustente) esta prática fica evidente no pouco interesse que as primeiras gerações de lingüistas brasileiros dedicaram às tradições lingüísticas do seu passado e pelo desconhecimento quase absoluto da história de outras tradições nacionais latino-americanas.

Do ponto de vista que aqui me interessa privilegiar, um dos resultados desta necessidade prática de se inteirar rapidamente das conquistas, sempre cada vez mais recentes da disciplina, foi não sobrar muito espaço para a reflexão crítica sobre a história (e o valor) que o conhecimento lingüístico no Brasil produziu em outros períodos, pelo menos até bastante recentemente. Este descaso aparente da então emergente comunidade acadêmica brasileira em relação ao seu passado torna uma vez mais oportuna a observação de Mounin ([1967] 1970: 14) a respeito da pressão inevitável do ponto de vista da época sobre a história. A pressão do clima de opinião (v. entre outros Koerner 1999) sobre o tipo de trabalho intelectual que se desenvolve em determinada época, e sobre sua historiografia, também se aplica, quero crer, a casos em que, como no Brasil, esta história parecia não ter sido escrita, refletida, ou mesmo buscada, ao menos como legítima linha de pesquisa acadêmica.

Se é verdade que o lingüista individual pode prescindir da dimensão histórica da sua disciplina para exercer seu ofício, também é verdade que é o passado que informa continuamente o presente. Os conceitos e os procedimentos de pesquisa que o lingüista utiliza são produtos históricos. Se uma das tarefas da historiografia lingüística é (re)estabelecer os pressupostos, nem sempre explicitados, com que os lingüistas do passado sustentaram suas práticas, bem como as conseqüências das suas proposições para o desenvolvimento do conhecimento que produzimos sobre a linguagem e as línguas, a investigação das condições

²² Refiro-me aqui à orientação sincrônica. A equivalência que se criou nos anos sessenta no Brasil entre ‘Lingüística’ e ‘descrição sincrônica’ (cf. por ex. Maurer 1967) se deve às circunstâncias externas em que se constituiu o campo no Brasil, uma vez que a recepção/divulgação do termo *Lingüística* coincidiu com a recepção do estruturalismo (tanto descritivista quanto funcionalista).

²³ Faço aqui uma alusão ao programático texto de Rodrigues (1966).

passadas de produção e recepção do conhecimento lingüístico é um passo importante para nosso entendimento das ciências contemporâneas da linguagem e das suas metodologias como um todo.

4. Perspectivas da Historiografia Lingüística

Entendo, pois, historiografia lingüística como uma disciplina à vocação científica que tem como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento lingüístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo. Embora requeiram procedimentos metodológicos diferentes — historiografias orientadas para o conteúdo operam sobre as dimensões ‘internas’ das teorias lingüísticas, enquanto que historiografias orientadas para o contexto lidam com as teorias da perspectiva do contexto social, cultural ou político — conteúdo e contexto estão inevitavelmente ligados (Swiggers 1990), embora nossa maneira de percebê-los possa, às vezes, sugerir o contrário.

Pessoalmente, não consigo separar a reflexão epistemológica, ou metodológica, sobre o conhecimento lingüístico do momento histórico e do contexto intelectual e social em que foi formulado e se desenvolveu. Tal perspectiva me faz entender como tarefa básica da historiografia lingüística, por conseqüência, a descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento lingüístico, e de seus resultados em determinado momento, inevitavelmente histórico. Idéias lingüísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas das outras idéias que as circundam no momento em que entram em evidência, e das práticas que lhes são paralelas. Ignorá-las é aumentar o risco de tomar como norma única e desejável de teorização e de prática de análise lingüística nossa concepção momentânea de conhecimento da linguagem.

As maneiras pelas quais o conhecimento lingüístico se produziu, desenvolveu, foi divulgado e percebido, também fazem parte da sua história, principalmente no caso das tradições latino americanas em que se trata, primordialmente, de recolocar o que sabemos hoje sobre os processos de produção de conhecimento e de seu desenvolvimento na perspectiva inversa, isto é, em termos de recepção e circulação de conhecimento, já que parece ser consenso entre a comunidade de profissionais ligados ao estudo da linguagem no Brasil que não somos — ao menos até o momento — detentores de um pensamento científico original. Se há um interesse em reconstruir o que nossos antepassados disseram uns aos outros sobre a linguagem e as línguas, este é justamente nos ajudar a (re)conhecer as diferentes formas de vida intelectual, para além das nossas (Rorty 1993). O que não nos deixa esquecer da natureza inevitavelmente provisória do conhecimento que produzimos hoje.

Seja como for, se há algum consenso entre aqueles que, nos últimos anos, têm-se debruçado sobre a atividade historiográfica em lingüística, é que um trabalho de tal natureza não se resume a uma simples compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com o estudo das línguas e da linguagem. Historiografias não são ‘crônicas’, ou seja, listas de nomes, datas, títulos e eventos. Não que crônicas não sejam trabalhos necessários, ao contrário, são importantes instrumentos de investigação. No estudo das tradições brasileiras de pesquisa, por exemplo, seria extremamente desejável que tivéssemos boas crônicas disponíveis. Mas crônicas, assim como testemunhos, são fontes para o trabalho historiográfico, e não historiografias.

A conhecida definição, formulada antes ainda da década de 1920 por Benedetto Croce, no seu *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie* (Stuttgart, J.C.B. Mohn, 1915),²⁴ é útil para nos ajudar a distinguir uma historiografia de base metodológica de uma historiografia da

²⁴ Também em versão francesa, trad. do ital. por Alain Dufour, 1968, *Théorie et histoire de l'historiographie*. Geneve: Droz.

crônica dos acontecimentos históricos (Swiggers 1989). A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência presume, por um lado, uma atividade de seleção, reconstrução, ordenação e interpretação dos fatos, a partir de um conjunto de procedimentos básicos minimamente consensuais, como, por exemplo, a dupla competência em história e lingüística da parte do historiógrafo (Malkiel 1969), a familiaridade com as fontes primárias, a sensibilidade aos anacronismos e aos presentismos.

História e historiografia da lingüística têm, pois, estatutos e dimensões diferentes. Principalmente não são co-extensivas (Swiggers 1989). O objeto da historiografia lingüística é construído, no sentido de que é uma representação dos conhecimentos que temos a respeito da história, com que mantém uma relação parcial de iconicidade. Conseqüentemente, nosso objeto varia conforme nossos conhecimentos da história — das diferentes épocas históricas e dos meios sociais e étnicos diferentes em que circulamos. A pertinência e o valor do acontecimento é função não apenas do objeto selecionado, mas, igualmente, do historiógrafo que opera a seleção. O fato de este conhecimento ser parcial e superável não deve implicar, entretanto, que seja sempre falso.

No que diz respeito ao estatuto da disciplina *História/Historiografia da Lingüística* e sua(s) designações, na literatura internacional, o termo que mais freqüentemente tem designado a disciplina que visa (do ponto de vista extensional) à reconstrução da história, ou de parte da história, da teoria e da prática gramatical e lexicográfica, da política lingüística e das atitudes em relação à língua, da(s) filosofia(s) da linguagem, da lógica-semântica e da linguagem relacionada ao pensamento religioso (cf. Swiggers, 1983; 1990; 1992; 2004) é *Historiografia da Lingüística*, certamente por analogia às outras (meta)disciplinas de cujo estatuto compartilha: *Filosofia da Lingüística*, *Metodologia da Lingüística*, *Epistemologia da Lingüística*. Sua vocação reflexiva é determinante para a definição do seu estatuto entre as ciências da linguagem: seu objeto (do ponto de vista intensional) não é a linguagem, mas sim as formas de conhecimento que foram construídas sobre a linguagem, no eixo da história.

No Brasil, ao lado do termo historiografia da lingüística, duas outras designações relativas ao campo têm ocorrido com certa freqüência: historiografia lingüística e história das idéias lingüísticas, aparentemente representativas de orientações diferentes que se tem procurado imprimir ao nosso incipiente trabalho e prática historiográficos. A oposição entre historiografia ou história das idéias é, entretanto, uma falsa questão.

No seu processo de estabelecimento no país enquanto legítima linha de pesquisa acadêmica, uma das primeiras tarefas da *Historiografia da Lingüística* deverá ser o resgate da história das formas de conhecimento (ou reflexão, ou estudo, ou descrição, ou formulação teórica, ou ciência etc.) que produzimos no Brasil, institucionalizadas ou não, e que tenham tido por objeto as formas da linguagem humana e seus significados (*historiographia scientiae linguisticae*). O Brasil parece, finalmente, ter redescoberto o Brasil na medida em que pesquisadores das mais diferentes especialidades têm sido atraídos para a revisão das tradições diacrônicas do pensamento lingüístico, aqui ostracizadas desde os anos sessenta, e, por extensão, para a história da nossa produção lingüística, *lato sensu*, e de suas origens. Neste sentido, nossa historiografia lingüística deverá ainda procurar conciliar e/ou resolver as orientações que apenas se delinham entre uma *História da Ciência Brasileira* e/ou uma *História da Cultura Brasileira*. Se este recente interesse não for acompanhado de projetos bem definidos e de sólidas medidas voltadas para a formação especializada de jovens pesquisadores, correremos o risco de reproduzir, uma vez mais, a ciência do descartável e de manter nossa reputação de seguidores da última moda dos tradicionais centros ‘geradores’ de idéias lingüísticas, venham de onde vierem.

Referências

- Altman, Cristina. 1993. *Unificação e Diversificação da Lingüística: Pesquisa documental de produção lingüística brasileira contemporânea (1968-1988)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. [(Publicada em forma de livro em Munique: Lincom Europa, 198 pp.; 2a ed. com o título de *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo, Humanitas, 380 pp., 1998.]
- Altman, Cristina. 1996a. “Das Lições aos Princípios de Lingüística Geral. Um momento de conversão estruturalista em Mattoso Câmara”. *Estruturalismo: Memória e Repercussões*, org. por Hugo Mari, Ivan Domingues e Julio Pinto, 27-38. Rio de Janeiro: Diadorim.
- Altman, Cristina. 1996b. “Memórias da Lingüística na Lingüística Brasileira”. *Anpoll 2*: 173-189.
- Altman, Cristina. 1997a. “As Gramáticas das ‘Línguas Gerais’ Sul-Americanas como um Capítulo da Historiografia Lingüística Ocidental.” *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (A Coruña, 18-21 de febrero de 1997), ed. por Mauro Fernandes, Francisco García Gondar e Nancy Vázquez Veiga, 151-160. Madrid: Arco Libros.
- Altman, Cristina. 1997b. “South American Missionaries and the Description of the General Languages”. Texto proferido na *Reunião Anual da Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas*, realizado na Universidade de Luton, Inglaterra, entre 10 e 13 de setembro de 1997.
- Altman, Cristina. 1998a. “South American Missionaries and the Components of a Descriptive Grammar”. Texto proferido na Reunião Anual da *North American Association for the History of the Language Sciences (NAAHoLS)*, conjuntamente com a Reunião Anual da *Linguistic Society of America (LSA)*, realizado em Nova Iorque, Estados Unidos, entre 8 e 11 de janeiro de 1998.
- Altman, Cristina. 1998b. “‘Rules’ and ‘Use’ in 16th and 17th Grammars of South American Languages”. Texto proferido na *XV Annual Meeting of Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas*, realizada na Vrije Universiteit Amsterdam, Holanda, entre 6 e 19 de setembro de 1998.
- Altman, Cristina (coord.). 2001. *Nossa Língua e Essoutras. Diversidade e universalidade na lingüística latino-americana*. Projeto integrado CEDOCH-DL/USP. *Boletim VII do Centro de Documentação em Historiografia Lingüística*. São Paulo: Humanitas.
- Altman, Cristina. 2002. *Revisiting Linguistic Relativity*. Texto proferido durante o *I Congresso Internacional sobre Historiografia da Lingüística Missionária*, promovido pela Universitetet I Oslo, em março de 2002.
- Altman, Cristina. 2003. “As Línguas Gerais e a Empresa Missionária Colonial. Linguagem e Representação Metalingüística”. In Bessa Freire & Rosa (orgs.). 2003: 77-83.
- Altman, Cristina. 2006. *A Emergência do Sintagma Nominal na Tradição Americanista Brasileira. Projeto de documentação lingüística e historiográfica* (Projeto individual: 2006- atual/ CNPq, inédito).
- Altman, Cristina. 2007. “Artigos e Pronomes na Tradição Lingüística Missionária da Língua mais Falada na Costa do Brasil”. *Romania en interacción: entre historia, contacto y política. Ensayos en homenaje a Klaus Zimmermann*, ed. por Martina Schrader-Kniffki y Laura Morgenthaler García, 837-854. Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert.
- Anchieta, José de. [1595] 1990. *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*. Ed. facsimilar, São Paulo, Loyola. (1a ed. *Arte de Grammatica da Lingoa mais Usada na Cofta do Brafil. Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de I E S V*. Em Coimbra per Antonio de Mariz, 1595; 2a ed. por Julio Platzmann, Leipzig, B. G.

- Teubner, 1874; 3a ed., 1876; 4a ed., Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1933; 5a ed., São Paulo, Anchieta, 1946; 6a ed., Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1980.)
- Auroux, Sylvain. 1992a. "Introduction. Le processus de grammatisation et ses enjeux", *Histoire des Idées Linguistiques. Le développement de la grammaire occidentale*. In Auroux (dir.). 1989–2000: Vol. II, 11-64.
- Auroux, Sylvain. 1992b. *A Revolução Tecnológica da Gramatização* [Trad. de Eni Orlandi]. Campinas: Edunicamp.
- Auroux, Sylvain (dir.). 1989–2000. *Histoire des Idées Linguistiques*. Tomos I, II e III. Bélgica: Mardaga.
- Backer, Augustin & Aloys de Backer. 1891. *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus. Première Partie: Bibliographie*. Nova ed. por Carlos Sommervogel, S.J. Tome II. Bruxelles: Oscar Schpens; Paris: Auguste Picard. (1a ed. 1853-1861, 7 vols.; 2a ed. 1869–1876).
- Barros, Maria Cândida D. M. 1994. "Os Intérpretes Jesuítas e a Gramática Tupi no Brasil (século XVI)". *Cadernos do Museu Paraense Emílio Goeldi* 4.
- Bessa, José Ribamar & Maria Carlota Rosa, eds. 2003. *Línguas Gerais: Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*. New York: Henry Holt & Co.
- Cerrón-Palomino, Rodolfo. 1997. "La Primera Codificación del Aimara". In Zimmermann, (ed.). 1997: 195-257.
- Chomsky, Noam. 1957. *Syntactic Structures*. The Hague/Paris: Mouton.
- Chomsky, Noam. 1988. *Language and Problems of Knowledge. The Managua Lectures*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Coseriu, Eugenio. 1969–1972. *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart*. Tübingen: Narr.
- Coseriu, Eugenio 1976. "Perspectivas Gerais." [Trad. de Marilda Winkler Averbug do orig. inglês *General Perspectives. Current Trends in Linguistics*, vol. 4 (seleção de textos), 1968]. In Naro (org.). 1976: 11-44.
- Coseriu, Eugenio. 1980. *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem. Estudos de História da Lingüística*. [Trad. do esp. *Tradicón y novedad en la ciencia del lenguaje* de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira]. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp.
- Colombat, Bernard. 1988. "Lês 'Parties du Discours' (*Partes Orationis*) et la Réconstruction d'une Syntaxe Latine au XVIe. Siècle". *Langages* 92: 51-64.
- De Clercq, Jean de & Pierre Swiggers. 1991. "L'Histoire de la Linguistique: 'L'autre histoire' et l'histoire d'une histoire.". *Neue Fragen der Linguistik*, ed. por Elizabeth Feldbusch, Reiner Pogarell e Cornelia Weiss, 15-21. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Despauterius, Johannes. 1528. *Rvdimenta*. Paris.
- Eco, Umberto. 1995. *The Search for the Perfect Language*. Oxford: Blackwell.
- Edelweiss, Frederico G. 1958. *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi e o Desenvolvimento Histórico do Predicado Nominal nos Dialectos Tupi-Guaranis*. Salvador: Aguiar & Souza; Livraria Progresso Editora.
- Edelweiss, Frederico G. 1969. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis. Confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Brasiliana.
- Escavy, Ricardo et al. (orgs.). 1994. *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística Nebrija V Centenario, 1492-1992, Murcia, España 1992*. Vol. I, II, III. Murcia: Universidad de Murcia.
- Gilij, Filippo Salvatore. 1780–1784. *Saggio di Storia Americana o sia Storia Naturale, Civile, e Sacra De regni, e delle Provincie Spagnuole di Terra-Ferma nell' America Meridionale Descritta dall' Abbate Filippo Salvatore Gilij*. Roma.

- Figueira, Luís. 1621. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica*. Lisboa: Manoel da Silva. (2a ed. Lisboa, Miguel Deslandes, 1687; 3a ed. *Arte de Grammatica da Lingua do Brasil*, 1754; 4a ed. *Arte da grammatica da lingua do Brasil*. Lisboa, Officina Patriarcal, 1795; 5a ed. *Grammatica da lingua geral dos indios do Brasil*, Salvador, 1851; 6a ed. facsimilar, *Grammatica da Lingua do Brasil*, por Julius Platzmann, Leipzig, Teubner, 1878[1687]; 7a ed. *Arte de gramatica da lingua brasilica*, Rio de Janeiro, S.N., 1880; ed. alemã por Julius Platzmann, 1899.)
- Gimenes, Luciana. 1999. *As Formas de Saber sobre as Línguas do Brasil no Século XVI. Uma contribuição para Historiografia Lingüística do Brasil Colonial*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 192 pp., com índice de nomes.
- Gonçalves, Maria Filomena. 1995. “O ‘Artigo’ e as ‘Partes do Discurso’ na Antiga Gramaticografia Portuguesa”. *Actas do IV Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Hamburgo 1993, org. por Maria de Fátima Viegas Brauer-Figueiredo, 117-129. Lisboa: Lidel.
- González Luis, Francisco. 1994. “La Gramática de la Lengua Tupí de José de Anchieta y su dependencia de la gramática latina.” In Escavy et al. (orgs.). 1994: 101-114.
- Hernández-Sacristán, Carlos. 1994. “Notas al ‘Arte de la Lengua Mexicana’ de Horacio Carochi”. In Escavy et al. (orgs.). 1994: 127-136.
- Hervás y Panduro, Lorenzo. [1800–1805] 1979. *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división, y clases de éstas según la diversidad de sus idiomas y dialectos*. Madrid: Ediciones Atlas.
- Hervás y Panduro, Lorenzo. [1785] 1986. I. *Catalogo delle Lingue*. Madrid: Sociedad General Española de Librería.
- Hervás y Panduro, Lorenzo. [1787] 1990. I. *Vocabulario Poligloto*. II *Saggio Pratico delle Lingue*. Madrid: Sociedad General Española de Librería.
- Hüllen, Werner, ed. 1990. *Understanding the historiography of Linguistics. Problems and Projects. Symposium at Essen, 23-25 November 1989*. Münster: Nodus Publikationen.
- Hymes, Dell (ed.). 1974. *Studies in the History of Linguistics. Traditions and paradigms*. Bloomington: Indiana University Press.
- Hymes, Dell. 1983. *Essays in the History of Linguistic Anthropology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Klimov, Georgij. 1974. “On the Character of Languages of Active Typology”. *Linguistics* 131: 11-25.
- Koerner, E. F. K. 1999. “Introduction: On the uses of the history of linguistics”. *Linguistic Historiography. Projects & Prospects*, 1-20. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Law, Vivien. 2003. *The History of Linguistics in Europe. From Plato to 1600*. Cambridge: University Press.
- Leite, Serafim. 1938. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo II (*Século XVI — A Obra*). Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leite, Yonne. 1990. “Para uma Tipologia Ativa do Tapirapé. Os clíticos referenciais de pessoa”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 18: 37-56.
- Leite, Yonne. 2003. “A *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* e as Línguas Indígenas Brasileiras”. In Bessa Freire & Rosa, eds. 2003: 11-24.
- Leite, Yonne. 2005. “*Arte de Gramatica da Lingua mais Usada na Costa do Brasil. A criterion for evaluation*”. In Zwartjes & Altman, eds. 2005: 191-204.
- Lepschy, Giulio. 1971. *A Lingüística Estrutural*. [Trad. de Nites Therezinha Feres do orig. *La Linguistica Strutturale*, 1966]. São Paulo: Perspectiva.
- Lepschy, Giulio (ed.). 1990. *Storia della Lingüística*. Bologna: Il Mulino.

- Leroy, Maurice. 1963. *Les Grands Courants de la Linguistique Moderne*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles. (Trad. brasileira de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.)
- Llorente Maldonado de Guevara, Antonio. *Teoría de la lengua e historia de la lingüística*. Madrid: Alcalá.
- Machado, José Pedro. 1942. *Breve História da Lingüística*. Lisboa: Inquérito.
- Magalhães, Erasmo. 1981. *Digressões a Partir de um Manuscrito*. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Maia, Marcus A. R. 1986. *Aspectos Tipológicos da Língua Javaé*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Malkiel, Yakov. 1969. "History and Histories of Linguistics". *Romance Philology* 22: 530-566, 573-574. (Reimpr. em Y. Malkiel, *From Particular to General Linguistics: Selected essays 1965-1978*, 49-83. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983.)
- Malmberg, Bertil. [1959] 1964. *New Trends in Linguistics: An orientation*. Stockholm & Lund: Naturmetodens Språkinstitut. (Trad. brasileira de Francisco da S. Borba, *As Novas Tendências da Lingüística. Uma orientação à Lingüística Moderna*, São Paulo, Nacional, 1971.)
- Mamiani [della Rovere], Luis Vincencio. 1877 [1699]. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri*. 2a ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. (1a ed., Lisboa, Miguel Deslandes; trad. alemã por Hans Conon von der Gabelentz, Leipzig, F.A. Brockhaus, 1852.)
- Mattoso Câmara, Joaquim. 1941. *Princípios de Lingüística Geral como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet.
- Mattoso Câmara, Joaquim. [1962] 1975. *História da Lingüística*. Petrópolis: Vozes.
- Mattoso Câmara, Joaquim. 1977. 3a ed. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Maurer Jr., Theodoro Henrique. 1967. "Lingüística Histórica". Transcrição da conferência proferida no *I Seminário de Lingüística*, promovido pela FFCL de Marília, em 1966, sem revisão do autor. *ALFA* 11:19-42.
- Meliá, Bartomeu, Marcos Vinicus de Almeida Saul e Valmir Francisco Murraro. 1987. *O Guarani. Uma Bibliografia etnológica*. FUNDAMES. Centro de Cultura Missionera. Santo Angelo: Fundação Nacional Pró-Memória.
- Mendiburu, Manuel. 1874–1890. *Diccionario histórico biográfico del Perú*. 8 vols. Lima.
- Mounin, Georges. [1967] 1970. *História da Lingüística: Das origens ao século XX*. Porto: Despertar.
- Mounin, Georges. 1972. *A Lingüística do Século XX*. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes.
- Muñoz y Manzano, C. (Conde de la Viñaza). 1892. *Bibliografía española de lenguas indígenas de América*. Madrid: Est Tipográfico "Sucesores de Rivadeneyra". (Reimpr. Madrid: Editorial Atlas, 1977.)
- Murray, Stephen O. 1994. *Theory Groups and the Study of Language in North America. A social history*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Naro, Anthony Julius (org.). 1976. *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. [Trad. de Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug dos originais em inglês, 1968]. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Navarro, Eduardo. 1998. *Método Moderno de Tupi Antigo. A língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes.
- Nebrija, Antonio de. [1481] 1981. *Introductiones Latinae*. Salamanca.

- Nebrija, Antonio de. [1492] 1946. *Gramática Castellana*. (Texto establecido sobre la ed. ‘princeps’ de 1492 por Pascual Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz). Madrid: Edición de la Junta del Centenario.
- Oliveira, Fernão de. [1536] 1933. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. 3a ed. (feita de harmonia com a primeira sob a direção de Rodrigo de Sá Nogueira). Lisboa: Tipografia Beleza.
- Pastells, R. P. 1912–1915. *Historia de la compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos originales del Archivo General de Indias*. Madrid: Victoriano Suarez. (Reimpr. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1946.)
- Parada, Vânia. 2002. *As línguas da América do Sul no século XVIII. Catálogo, Vocabulário e Saggio de Lorenzo Hervás*. Dissertação de Mestrado/ CNPq-CEDOCH-DL/USP. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- Parada, Vânia & Cristina Altman. 2000. “O Catálogo de Lorenzo Hervás, ou a Babel Americana”. Texto apresentado como painel do Grupo de Estudos em Historiografia Lingüística (CEDOCH-DL/USP) — *O Tratamento da Diversidade Lingüística* — durante o XV Encontro Nacional da ANPOLL, realizado na Universidade Federal Fluminense, de 4 a 7 de junho de 2000, p. 6.
- Reich, Uli. 2003. “Mudança Sintática e Pragmática na Língua Geral Amazônica (LGA): Marcação de caso e sistema pronominal”. In Bessa Freire & Rosa (eds.). 2003: 167-184.
- Ridruejo, Emilio. 2000. “Las primeras gramáticas del náhuatl y el proceso de gramatización de las lenguas filipinas. In *I Simposio Antonio Tovar sobre Lenguas Amerindias*, coord. por Emilio Ridruejo & Mara Fuertes, 117-139. Valladolid: Instituto Interuniversitario de Estudios de Iberoamérica y Portugal.
- Robins, Robert H. 1967. *A Short History of Linguistics*. London: Longman; Bloomington: Indiana Univ. Press.
- Robins, Robert H. 1986. “The Technē Grammatikē of Dionysius Thrax in its Historical Perspective: the evolution of the traditional European word class systems.” In Swiggers & Van Hoecke (orgs.), 1986: 7-37.
- Rodrigues, João. 1978 [1604–1608]. *Arte da Lingoa de Iapam*. (Ed. fotocopiada com notas e comentários de Tadao Dói e Ken Mihashi). Tóquio: Benseisha.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1966. “As Tarefas da Lingüística no Brasil”. *Estudos Lingüísticos* 1.1: 4-15.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1993. “Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”. *DELTA. Revista de Documentação em Lingüística Teórica e Aplicada* 9.1: 83-103. São Paulo: Associação Brasileira de Lingüística.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1994. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1996. “As Línguas Gerais Sul-Americanas”. *Papia* 4. 2: 6-18.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1997. “Descripción del Tupinambá en el Período Colonial: el *Arte* de José de Anchieta”. In Zimmermann, org. 1997: 371-400. (Versão publicada de texto proferido durante o *Colóquio Internacional sobre descrição das Línguas Ameríndias no Período Colonial*. Berlin, Ibero-Amerikanisches Institut, 1995.)
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 1998. “O Conceito de Língua Indígena no Brasil, I: Os primeiros cem anos (1550–1650) na costa leste.” *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 59-78. São Paulo: Pontes.
- Rorty, Richard. 1993. “The Historiography of Philosophy: four genres”. *Truth and Progress. Philosophical Papers* vol. III, 247-273. Cambridge: University Press.

- Rosa, Maria Carlota. 1995. "Acerca das Duas Primeiras Descrições Missionárias de Língua Geral". *Amerindia. Revue d'Ethnolinguistique Amerindienne* 19/20: 273-184.
- Ruiz de Montoya, Antonio. [1640] 1876. *Arte y vocabulario de la lengua guarani*. Ed. facsimilar de Julio Platzmann em 2 vols.: *Arte de la lengua guarani e vocabulario de la lengua guarani*. Leipzig: B. G. Teubner. (1a ed., Madrid: Juan Sanchez, 1640.)
- Sánchez de las Brozas, Francisco. [1587] 1976. *Minerva. O de la propiedad de la lengua latina*. [Introd. e tradução de Fernando Riveras Cárdenas]. Madrid: Ediciones Cátedra (1a ed. Salamanca, 1587).
- Saussure, Ferdinand de. [1916] 1993. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- Schlegel, C. W. Friedrich. 1808. *Über die Sprache und Weisheit der Indier: Ein Beitrag zur Begründung der Altertumskunde*. Heiderlberg: Mohr & Zimmer.
- Sedola, Sabina Collet. 1994. "La castellanización de los indios (S. XVI-XVII). Conquista del Nuevo Mundo y conquista lingüística". In Escavy et al. (eds.). 1994: 81-99.
- Seki, Lucy. 2000. *Gramática do Kamaiurá. Língua Tupi-Guarani do alto Xingu*. São Paulo: EDUNICAMP.
- Swiggers, Pierre. 1983. "La méthodologie de l'historiographie de la linguistique." *Folia Linguistica Historica* 4: 55-79.
- Swiggers, Pierre. 1989. "Histoire et historiographie de la linguistique". *Semiotica. Journal of the International Association for semiotic studies*. 31.1/2: 107-137.
- Swiggers, Pierre. 1990: "Reflections on (Models for) Linguistic Historiography." In Hüllen, ed. 1990: 21-34.
- Swiggers, Pierre. 1992. *De la grammaire générale à la linguistique comparée et typologique: études sur l'histoire de la linguistique de 1700 a 1830*. Tome I: Introduction. Dossier aangeboden tot het verkrijgen van de graad van Geaggregeerde voor het Hoger Onderwijs. Leuven. Inédito.
- Swiggers, Pierre. 1997. *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: PUF.
- Swiggers, Pierre. 2004. Modelos, Métodos y Problemas en la Historiografía de la Lingüística. *Nuevas Aportaciones a la Historiografía Lingüística, Actas del IC Congreso Internacional de la SEHL*. ed. por G. Corrales Zumbado et al., 113-146. Madrid: Arco Libros.
- Swiggers, Pierre & Willy Van Hoecke, dir. 1986. *Mot et Parties du Discours. Word and Word Classes. Wort und Wortarten*. Leuven: Peeters.
- Tashiro, Eliza. 2003. *Documentação Missionária e Tradição Autóctone sobre a Língua Japonesa: Padrões em Língua e Padrões em Historiografia Lingüística*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- Thomsen, Vilhelm (Ludvig Peter). 1945. *Historia de la lingüística*. [Trad. de Javier de Echave-Sustaeta da versão alemã de H. Pollack, *Geschichte der Sprachwissenschaft bis zum Ausgang des 19. Jahrhunderts, Kursgefasste Darstellung der Hauptpunkte*, 1927.] Barcelona: Labor. (1a ed dinamarquesa, 1902).
- Tovar, Antonio. 1961. *Catálogo de las lenguas de América del Sur. Enumeración, con indicaciones tipológicas, bibliografía y mapas*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. (Nova ed. revista Madrid: Gredos, 1984.)
- Vilanova, Antonio e Nestor Lujan. 1950. *Nociones de historia, lingüística y estética literaria*. Barcelona: Teide.
- Wonderly, William L. & Eugene A. Nida. 1963. "Linguistics and Christian Missions". *Anthropological Linguistics* 5.1:104-144.
- Zwartjes, Otto. 2002. "The Description of the Indigenous Languages of Portuguese America by the Jesuits during the Colonial Period. The impact of the Latin grammar of Manuel Álvares." *Historiographia Lingüística* 29.1/2: 19-70.

- Zwartjes, Otto & Even Hovdhaugen, eds. 2003. *Missionary Linguistics I/Lingüística Misionera I*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Zwartjes, Otto & Cristina Altman, eds. 2005. *Missionary Linguistics II/Lingüística Misionera II. Orthography and Phonology*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Zwartjes, Otto, Gregory James & Emilio Ridruejo, eds. 2007. *Missionary Linguistics III/Lingüística Misionera III. Morphology and Syntax*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Zimmermann, Klaus (ed.) 1997. *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana
- Zimmermann, Klaus. 2005. *Traducción, préstamos y teoría del lenguaje: la práctica transcultural de los lingüistas misioneros en el México del siglo XVI*. In Zwartjes & Altman, 2005: 107-136.